

# Expansão territorial e desenvolvimento social na região do Bico do Papagaio: o caso dos Apinayé em Tocantinópolis

*Walace Rodrigues*

*Jairon Barbosa Gomes*

*Lucas Lopes Pinto*

## Resumo

Neste artigo busca-se analisar a expansão territorial e o desenvolvimento social no norte do estado do Tocantins a partir das experiências do povo indígena Apinayé. A área geográfica em questão compreende a microrregião do Bico do Papagaio, que integra a Amazônia Legal. Em termos metodológicos, a análise foi qualitativa, tendo a pesquisa sido realizada a partir de uma revisão bibliográfica que contemplou a perspectiva de desenvolvimento orientada às liberdades substantivas em relação à expansão territorial na região analisada. Os resultados preliminares revelam que os recursos naturais da Amazônia não podem continuar sendo explorados sem que ocorram importantes mudanças em diversos setores da sociedade brasileira. Em especial, requer-se outra visão em relação à Amazônia, dada a relevância da natureza, não apenas para os habitantes da região investigada, mas, inclusive, para a própria população brasileira.

**Palavras-chave** | Apinayé; desenvolvimento; microrregião do Bico do Papagaio; território; Tocantins.

**Classificação JEL** | J15 O15 R11.

## Territorial expansion and social development in the Bico do Papagaio region: the case of the Apinayé in Tocantinópolis

### Abstract

This article seeks to analyse territorial expansion and social development in the north of the state of Tocantins based on the experiences of the Apinayé indigenous people. The geographical area in question comprises the Bico do Papagaio micro-region, which is part of the Legal Amazon. In methodological terms, the analysis was qualitative, and the research was based on a bibliographical review that considered the perspective of development oriented towards substantive freedoms in relation to territorial expansion in the region analysed. The preliminary results show that the Amazon's natural resources cannot continue to be exploited without major changes in various sectors of Brazilian society. Particularly, a different view of

the Amazon is required, given the importance of nature, not only for the inhabitants of the region investigated, but also for the Brazilian population.

**Keywords** | Apinayé; Bico do Papagaio micro-region; development; territory; Tocantins.

**JEL Classification** | J15 O15 R11.

## **Expansión territorial y desarrollo social en la región de Bico do Papagaio: el caso de los Apinayé en Tocantinópolis**

### **Resumen**

Este artículo busca analizar la expansión territorial y el desarrollo social en el norte del estado de Tocantins a partir de las experiencias del pueblo indígena Apinayé. El área geográfica en cuestión comprende la microrregión de Bico do Papagaio, que forma parte de la Amazonia Legal. En términos metodológicos, el análisis fue cualitativo, y la investigación se basó en una revisión bibliográfica que consideró la perspectiva del desarrollo orientado hacia las libertades sustantivas en relación con la expansión territorial en la región analizada. Los resultados preliminares muestran que los recursos naturales de la Amazonia no pueden seguir siendo explotados sin grandes cambios en diversos sectores de la sociedad brasileña. En particular, se requiere una visión diferente de la Amazonia, dada la importancia de la naturaleza, no solo para los habitantes de la región investigada, sino también para la propia población brasileña.

**Palabras clave** | Apinayé; desarrollo; microrregión de Bico do Papagaio; territorio; Tocantins.

**Clasificación JEL** | J15 O15 R11.

### **Introdução**

Este artigo deseja explorar alguns aspectos da ocupação da região da Amazônia Legal conhecida como microrregião do Bico do Papagaio. Região esta que localizada no extremo norte do estado do Tocantins e que compreende 25 municípios. Entre eles está Tocantinópolis, lugar onde vive o maior número de indígenas Apinayé, também nosso foco neste estudo como povo originário desta região.

Trabalharemos, neste texto, com a história de contatos e conflitos dos Apinayé do município de Tocantinópolis como um exemplo para mostrar a expansão territorial dos não indígenas nesta área do Bico do Papagaio. Em seguida, buscaremos explorar a alternativa de desenvolvimento social de Amartya Sen para possível compreensão de um desenvolvimento voltado para as capacidades das pessoas e da própria região, além de pensarmos na questão da humanização das relações sociais e territoriais. Finalizaremos o texto com algumas considerações acerca da importância da ocupação territorial vir acompanhada de um plano de desenvolvimento (em várias áreas) para a população local.

Nossa pesquisa para este artigo de livro baseou-se em uma busca bibliográfica com a utilização de trabalhos acadêmicos (teses, artigos científicos e livros) e algumas reportagens com foco na região da Amazônia Legal. Alguns autores utilizados foram: Barcelos, Costa, Silva (2020), Bó, Ferreira, Oliveira (2020), Padovan (2011), Porto-Gonçalves (2018), Rodrigues (2015, 2020), Fiovaranti (2013), Sem (2010), Trindade Júnior (2013), entre outros.

Nossa análise para este trabalho foi qualitativa (tomando alguns aspectos: geográficos, antropológicos, sociológicos e filosóficos), buscando compreender as ações humanas na região estudada. Vale ressaltar, também, que, neste artigo, pensamos ocupação territorial a partir do povoamento e da ocupação humana no espaço amazônico, tomando como exemplo a região do Bico do Papagaio e, mais especificamente, o município de Tocantinópolis.

### **Tocantinópolis e os Apinayé como exemplos da expansão territorial no Bico do Papagaio/TO**

*O Brazil não conhece o Brasil*  
*O Brasil nunca foi ao Brazil (...)*  
*O Brazil não merece o Brasil*  
*O Brazil tá matando o Brasil*  
(TAPAJÓS, BLANC, 1978)

Iniciamos o desenvolvimento deste texto voltando à epígrafe que escolhemos. Da letra da música “Querelas do Brasil”, de Maurício Tapajós (1943-1995) e Aldir Blanc (1946-2020), conhecida na voz de Elis Regina e gravada no álbum “Transversal do Tempo”, em abril de 1978, faz-se uma diferenciação entre Brasil com “z” e com “s”. O Brasil com “z” parece remeter às elites brasileiras, urbanas e norte-americanizadas, e que não conhecem o verdadeiro Brasil com “s”: interiorano, periférico, pobre, sem apoios sociais e governamentais volumosos etc. Tal jogo de palavras (ou letras) de Blanc e Tapajós mostra que os ricos não conhecem os pobres. Enfatiza, ainda, que os ricos não merecem o patrimônio sociocultural-natural que o Brasil interiorano tem e que a exploração acaba por ir matando, aos poucos, as riquezas sociais, culturais e naturais dos interioranos brasileiros, como na região amazônica.

Continuando, nosso caminho pelas artes, vale pensar, também, no filme “Bye Bye Brasil”, de Cacá Diegues, de 1979, que mostrava os vários *brasis* existentes no interior do país em crescente exploração: a Caravana Rolidei (não é por acaso que a palavra em Inglês está abasileirada!) percorre a Rodovia Transamazônica (BR-230)

nos fins da década de 1970, cortando o Bico do Papagaio e chegando a Altamira, no estado do Pará. O filme revela, ao Brasil urbano do Sul e do Sudeste, os caminhoneiros que se aventuravam pelos rincões interioranos brasileiros, os indígenas, as pequenas cidades com pouco desenvolvimento social (muitas delas não eram atendidas por serviços de rede elétrica, por exemplo), a expansão demográfica sem planejamento da área no entorno dos prédios públicos de Brasília, entre outros pontos.

Tal filme dialoga intensamente com a letra da música de Tapajós e Blanc, pois busca revelar *brasis* interioranos não conhecidos pelo Brasil urbano com melhores condições de vida. Ambas as obras artísticas são da mesma época do governo da ditadura militar (1964-1985), com ambições desenvolvimentistas do interior do país e buscavam alertar as pessoas para os *brasis* não vistos e não deixados ver pelos militares (Veiga, 2022). Pensemos que tal política desenvolvimentista dos militares abarcava a expansão das atividades de lavoura, o aumento da criação de gado, o extrativismo dos recursos naturais e minerais do interior amazônico, tendo como grande marco simbólico a construção da Rodovia Transamazônica.

Seguindo esta linha de pensamento, tal rodovia cortava o município de Tocantinópolis, na região do Bico do Papagaio, no meio das terras indígenas Apinayé. Assim sendo, tal região deveria ter se beneficiada pela construção desta rodovia (assim pensavam os militares mais ufanistas, conforme Veiga 2022), mas isto não aconteceu efetivamente. Ao contrário, a construção causou conflitos com vários povos indígenas, dizimou vidas indígenas e destruiu parte da flora e da fauna da região amazônica (ver Imagem 1 da mata sendo devastada para dar lugar à Transamazônica).

Tal rodovia foi inaugurada em 1972, sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). O trecho inaugurado, de 1.253 km, ligava a cidade de Estreito (MA) a Itaituba (PA), região até hoje com baixo desenvolvimento social e onde a população tem pouco acesso a fontes de trabalho e outros recursos de sobrevivência digna.

Edison Veiga, em reportagem para a agência Deutsche Welle, explica-nos o contexto da construção da Rodovia Transamazônica:

Havia um intencional clima de otimismo naquele 27 de setembro de 1972, quando foi inaugurada a BR-230, mais conhecida como rodovia Transamazônica. O Brasil vivia o auge da ditadura militar e esforços de propaganda procuravam dar a ideia de grandeza. Conforme registrou o jornal O Estado de S. Paulo, o então ministro dos Transportes, Mário Andreazza (1918-1988) foi ufanista. Disse ele que a Transamazônica “simboliza o poder criador do homem brasileiro e sobretudo a atitude de uma nação jovem e corajosa, decidida a enfrentar com firmeza e determinação todos os problemas que lhe dificultam o acesso ao pleno desenvolvimento econômico e social”. Na visão predominante naqueles

dias, desenvolver significava avançar sobre a floresta. A mentalidade era de uma verdadeira batalha entre civilização e natureza. A cerimônia de inauguração do primeiro trecho, com 1.253 quilômetros, ocorreu em um ponto a cinco quilômetros de Altamira, com a presença do então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. A historiadora Janaína Martins Cordeiro, professora na Universidade Federal Fluminense (UFF), aponta que a Transamazônica estava dentro da ideia, presente no governo Médici, de “construção de um Brasil potência como projeto da política econômica da ditadura” (Veiga, 2022, s/d.).

Imagem 1 - Tratores abrindo trechos da Rodovia Transamazônica



Fonte: Fotografia da Folha de São Paulo/UOL, sem data. Disponível em: <http://f.i.uol.com.br/fotografia/2012/05/10/146735-970x600-1.jpeg>.

No entanto, se focarmos na história de contato dos Apinayé, povo que vivia (e ainda vive) na região cortada pela rodovia Transamazônica, podemos compreender um pouco acerca da expansão territorial nesta área da Amazônia Legal.

A professora Regina Padovan, estudando a educação primária na cidade de Tocantinópolis (antiga Boa Vista do Tocantins) na segunda metade do século XIX, deixa-nos ver que a fundação do povoado e os conflitos territoriais com os Apinayé fizeram parte da ocupação do território do norte goiano de então. Ela nos relata que:

O processo de ocupação da Região Norte do Brasil, através da formação das fazendas e pastagens nas fronteiras entre as províncias, refletiu, na primeira metade do século XIX, as transformações desencadeadas pela intensidade de conflitos com as nações indígenas Timbiras. Ademais, a presença significativa de povos indígenas em Goiás, distribuída nas diferentes regiões do território, representada pelos Akroá, Xakriabá, Karajá, Xavante, Javaé, Canoeiros, Xerente e Apinayé, entre outros, foram contatados de forma diferente e em períodos históricos distintos da colonização, conforme o processo de ocupação econômica e a definição das políticas por parte do governo imperial (Padovan, 2011, p. 47).

Se os Apinayé têm hoje sua reserva demarcada e compõem-se em um grupo etnicamente coeso e com aproximadamente 2.000 pessoas, que habitam cerca de 45 aldeias dentro de seu território. No passado eles foram quase dizimados, assim como outras etnias indígenas da Região do Norte de Goiás, atual Bico do Papagaio. Padovan ainda nos diz que:

Para o extremo norte da província de Goiás e sul do Maranhão, a desestruturação das terras e o extermínio da população Caraô ou Krahô, bem como dos povos Apinayés, prolongou-se em diferentes momentos de conflitos, em consonância à organização interna de cada nação indígena e etapas de ocupação de seus territórios. Pode-se aludir, grosso modo, que o processo de desterritorialização dos Apinayés realizou-se em diferentes etapas de ocupação da colonização, desde o século XVIII: a primeira, decorrente da instalação de um posto militar em São João das Duas Barras (atual São João do Araguaia) por parte do governo do Pará; a segunda, pela formação do povoado em Cachoeira das Três Barras (atual Itaguatins) no extremo norte de Goiás (região denominada como Bico do Papagaio), por parte dos maranhenses provenientes de Caxias; a terceira, no processo de conflitos com os colonos e forças portuguesas nas fronteiras entre São Pedro de Alcântara (atual Carolina) e a ilha da Botica, às margens do rio Tocantins (Padovan, 2011, p. 47).

Como podemos verificar, os conflitos com os indígenas da região foram sempre um ponto revelador da forma de exploração territorial pensada para o Bico do Papagaio e outras regiões das Amazônia<sup>1</sup>. Esses povos tiveram que se mover várias vezes para não serem exterminados. Os Apinayé, por exemplo, só tiveram suas terras demarcadas em 1985. Rodrigues (2015) informa-nos um pouco sobre este povo:

---

<sup>1</sup> Utilizamos aqui a palavra “Amazônias” porque a região amazônica é tão imensa territorialmente e tão distinta em muitos aspectos que nos fica difícil não pensar em muitas Amazônia que coexistem a partir dos ambientes e territórios abarcados pelo bioma da floresta tropical.

Os Apinayé são um povo indígena de cerca de 2000 pessoas que habitam, principalmente, o município de Tocantinópolis (no Estado do Tocantins) e suas redondezas e se dividem em 25 aldeias. Muitas dessas aldeias são derivadas das duas mais antigas: Mariazinha e São José (antiga Bacaba). Vivem historicamente na região norte do Estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e o Tocantins, região esta conhecida como Bico do Papagaio. Tiveram suas terras demarcadas em 1985 após vários conflitos com fazendeiros da região, tendo essas terras indígenas Apinayé em torno de 140.000 hectares (Rodrigues, 2015, p. 20-21).

Os conflitos por terra eram – e ainda são – uma constante não somente para os Apinayé, mas para a grande maioria dos povos indígenas brasileiros. Muitos são os problemas a serem enfrentados quando não há planejamento na ocupação territorial, como no caso dos espaços no interior do Brasil. Rodrigues nos diz ainda que:

Os Apinayé sofrem, ainda hoje, com a escassez de peixes no rio Tocantins, depois da construção da usina hidrelétrica de Estreito. A mortandade de peixes nos lagos de tal usina é imenso e os peixes não podem subir o rio na época da desova. Este é somente um dos inúmeros problemas causados por tal empreitada. Enfim, as usinas hidrelétricas têm causado enormes impactos negativos na vida das populações indígenas pelo Brasil adentro. Até hoje os povos indígenas estão lutando, de todas as maneiras possíveis, para terem suas terras reconhecidas, demarcadas e respeitadas, conforme reza a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 231. Esta reivindicação histórica dos indígenas brasileiros tem, atualmente, um bom número de aliados não indígenas que se mostram sensíveis à necessidade de respeitar os povos indígenas e de garantir-lhes as terras que tradicionalmente são suas (Rodrigues, 2015, p. 32-33).

Ainda, a exploração do trabalho dos Apinayé pelos colonizadores da Região de Boa Vista do Tocantins, a construção da Rodovia Transamazônica em suas terras, a expansão das grandes fazendas no território e a construção da Usina Hidroelétrica de Estreito (MA) foram grandes acontecimentos que marcaram a expansão territorial e a exploração dos recursos naturais desta área do Bico do Papagaio. Hoje em dia, os Apinayé sofrem os efeitos dos desmatamentos das fazendas ao redor de suas terras (e é dentro destas terras de fazendas privadas por onde passam os córregos que os abastecem de água), além das sempre existentes tentativas de invasão no seu território.

No que se refere, de forma mais geral, à Região do Bico do Papagaio, grandes empresas produtoras de grãos adentraram o cerrado, causando mais conflitos em relação à propriedade de terras pelos povos originários e agricultores rurais.

Atualmente, há uma tentativa de fomentar e incentivar, por parte de muitos governantes, uma produção agrícola que privilegie os grandes produtores e as monoculturas, esquecendo, propositalmente, dos pequenos produtores rurais e povos tradicionais das Amazônias. Em um artigo científico sobre esta região, Francinaldo Bó, Rogério Ferreira e Adão de Oliveira falam-nos sobre a exploração do agronegócio nesta região tocaninense:

O processo de ocupação do vazio territorial na região do Bico do Papagaio se completou, pois, encerrando uma condição conflitiva, uma vez que a função de mercado representada pelo cercamento de grandes extensões territoriais por capitalistas ou corporações capitalistas se sobrepôs à função social, na qual a terra deveria ser redistribuída entre a população tradicional local e a chegada com políticas de fomento à pequena produção. Com a prevalência das empresas rurais, a região passou a confinar a produção de grãos em larga escala, realizada em grandes porções de terras (Bó; Ferreira; Oliveira, 2020, p. 211).

Lembramos que a Região do Bico do Papagaio é cortada pela Rodovia Transamazônica, o que agiliza o deslocamento das grandes safras agrícolas, principalmente de soja. Sendo tal região de grande interesse para o agronegócio e para a expansão agrícola no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Neste caminho, Trindade Júnior, pensando a partir das obras da geógrafa Bertha Becker, diz-nos que a região habitada pelos Apinayé é uma “macrorregião de povoamento consolidado”:

[...] a autora passou a regionalizar o espaço amazônico de forma mais complexa, reconhecendo três macrounidades subregionais, com várias subdivisões: a) **a macrorregião de povoamento consolidado**, subdividida em arco da embocadura, os núcleos de modernização do Leste e Sudeste do Pará, o corredor do Araguaia-Tocantins, as áreas intensivas em tecnologia agroindustrial e as áreas de agropecuária tradicional e de sistemas agroflorestais; b) **a Amazônia central**, subdividida em fronteira de preservação, vale do Amazonas, zona de produção familiar da Transamazônica e frentes de expansão (Cunha do Tapajós ou Cuiabá-Santarém, Terra do Meio e Corredor do Madeira); e c) **Amazônia ocidental**, subdividida em fronteira de integração continental, alto Rio Negro, várzeas do Solimões, zona de Florestania, Manaus e seu entorno (Trindade Júnior, 2013, p. 95, grifos nossos).

Vale destacar aqui a importância da pesquisadora Bertha Becker (1930-2013) em relação à compreensão dos fluxos urbanos, produtivos, migratórios, extrativista, entre outros, dentro das regiões amazônicas. Seus trabalhos contribuíram (e ainda contribuem) para um melhor estudo desta tão vasta e heterogênea parte do Brasil.

Seus estudos sempre caminharam em busca de soluções para os problemas das Amazônias, como nos conta Carlos Fiovarante:

Bertha Becker argumentava que era preciso pensar o desenvolvimento da floresta, não apenas sua preservação. [...] Ela dizia que grandes empreendimentos empresariais, a despeito da aversão gerada pelas experiências malsucedidas nos anos 1970, deveriam coexistir com pequenos projetos de produção familiar, porque somente os grandes ou os pequenos, por si sós, não resolveriam os desafios da região (Fiovaranti, 2013, p. 56).

Ainda voltando nossa atenção para os impactos causados pela rodovia Transamazônica, uma dessas experiências desenvolvimentistas malsucedidas da década de 1970, Tiago Barcelos, Gleice da Costa e Silvana Silva informam-nos que:

Em 1971 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, um desdobramento do Plano Nacional de Desenvolvimento, em que se reprisaram algumas diretrizes do Plano de Integração Nacional no que se refere à necessidade de integração e complementaridade das economias da Amazônia e do Nordeste. O Plano tinha como estratégia promover o progresso de novas áreas e a ocupação de espaços vazios (...) a construção da rodovia Transamazônica e a implantação de núcleos de colonização no seu traçado resultam dessa política. Essa rodovia impulsionou processos de reestruturação espacial, de mudanças demográficas e econômicas na Amazônia brasileira. Como visto na primeira seção, o governo federal, com o II PND [Plano Nacional de Desenvolvimento], queria manter elevadas as taxas de crescimento econômico, que estavam mostrando sinais de fadiga, dirigindo suas ações no sentido de dinamizar a produção e isso requeria financiamento. Nesse contexto, são abandonadas as iniciativas de colonização dirigida e **o governo passa a fomentar projetos que implicassem o investimento de grandes quantidades de capitais com desprezo às estruturas camponesas como força social capazes de dinamizar a economia regional, papel atribuído à grande empresa** (Barcelos; Costa; Silva, 2020, p. 216, grifo nosso).

A partir da passagem anterior, percebemos que o governo federal brasileiro da década de 1970 desprezou os saberes e fazeres dos povos camponeses e indígenas (Rodrigues, 2020) na busca de dinamização da economia das Amazônias, no entanto, o caminho proposto do Becker sempre foi de integração entre empreendimentos empresariais e pequenos projetos familiares de produção, frequentemente lembrando da fragilidade dos ecossistemas amazônicos e da necessidade de preservação.

Vale lembrar, ainda, que a região da Amazônia Legal também sofre, hoje, com atividades de garimpos e extrações ilegais de minérios, pedras e, principalmente, de madeira nobre. Fabiano Maisonnave, em uma reportagem sobre a Transamazônica e seus efeitos nas populações que a cercam, relatou um pouco sobre essa atividade ilegal de exploração de madeira:

Apesar da intensa atividade madeireira ao longo dos 340 km entre as cidades paraenses de Altamira (a 457 km em linha reta de Belém) e Rurópolis (distante 772 km, em linha reta, da capital), a fiscalização é apenas esporádica devido aos cortes contínuos no orçamento do Ibama. Em 28 de setembro, a reportagem acompanhou a primeira operação do órgão neste ano em Uruará (a 635 km de Belém, em linha reta). Com cerca de 43 mil habitantes, fica próxima de duas terras indígenas e tem a economia centrada na extração ilegal de madeira. A equipe, com nove agentes do Ibama e dois PMs, planejava montar uma barreira de fiscalização em trecho de uma estrada que começa na Transamazônica e chega à Terra Indígena Arara, de outro grupo da etnia arara e contígua à Cachoeira Seca. Nem foi preciso ir tão longe. Em apenas 15 minutos de viagem na Transamazônica, dois caminhões carregados de toras e sem documentação foram parados pelos agentes. No caminhão maior, foram apreendidas 15 toras de ipê, com aproximadamente 36 metros cúbicos de madeira. Depois de processado no formato mais caro – placas para pisos–, o metro cúbico é exportado por cerca de R\$ 6.300. O piso da ponte do Brooklyn, em Nova York, é de ipê brasileiro. Por falta de local para armazenamento, o Ibama liberou os motoristas, que, além de autuados, foram colocados como fiéis depositários da madeira e dos caminhões (Maisonnave, 2016, s/p.).

Lembremos que a mesma Altamira retratada no filme *Bye Bye Brasil* da década de 1970 é hoje área de passagem e comercialização da madeira nobre extraída ilegalmente. E assim acontece em grandes áreas da Amazônia Legal, pois não há fiscalização nem punição eficazes para os infratores de atividades ilegais na região.

Compreendemos que a imensa área territorial da região dificulta o acesso e a fiscalização eficiente, mas as novas tecnologias via satélite podem auxiliar no combate às atividades ilegais nas Amazônias (Brito, 2023). Porém, para que isso aconteça, é preciso vontade política, investimento e planejamento nas ações de combate aos crimes ambientais, o que não são os pontos prioritários do último governo federal, que desejava “ir passando a boiada” (como disse o próprio ministro do meio ambiente Ricardo Salles) e eliminando a regulamentação ambientalista que protege o que foi conquistado até agora.

Ainda, atualmente, Tocantinópolis parece-nos como o típico exemplo de exploração das riquezas naturais da região amazônica. Voltamos a citar que o município é cortado pela Transamazônica e tem uma população indígena atuante e que luta por sua terra e sobrevivência, não tendo mais a riqueza de peixes no rio

Tocantins ou a exuberante mata nativa. Tocantinópolis revela-nos o que não pode ser o futuro da Amazônia Legal.

Como informação adicional, informamos que os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM<sup>2</sup>) de Tocantinópolis, segundo o IBGE (2019), é 0,681 e o de Altamira (PA) é de 0,665. Índices estes considerados médios, o que revela grande precariedade em determinadas áreas do desenvolvimento humano. Compreendendo tais municípios dentro de uma ótica da região onde estão inseridos, eles carecem de serviços que somente são acessados em cidades médias vizinhas, como Imperatriz, Marabá, Araguaína ou Parauapebas.

### **Desenvolvimento social pela via de Amartya Sen e a necessidade de humanização das relações sociais**

Como vínhamos tentando mostrar neste texto, a Transamazônica fomentou a exploração predatória de recursos naturais (como na retirada de madeiras nobres, na exploração de madeira para carvoarias e no desmatamento para a atividade pastoril etc.) e minerais (como na exploração ilegal de metais valiosos, de pedras preciosas etc.). Talvez, sem a rodovia, o plano desenvolvimentista para as Amazonas e regiões circunvizinhas (movimento iniciado na ditadura militar e que voltou a tomar força no governo de Jair Bolsonaro) não tivesse levado a uma situação atual tão preocupante em relação aos recursos locais (Pajolla, 2023):

O desmatamento na Amazônia bateu o quinto recorde anual seguido em 2022 e atingiu a maior destruição dos últimos 15 anos, quando começou a série histórica da pesquisa. Com 10.573 quilômetros quadrados de área derrubada, a floresta perdeu em média quase 3 mil campos de futebol por dia no último ano. Os números foram divulgados na quarta-feira (18) pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e obtidos via monitoramento por satélites. **Entre 2019 e 2022, durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a área derrubada atingiu 35.193 quilômetros quadrados. O tamanho é maior do que os estados de Sergipe e Alagoas juntos. Na comparação com os quatro anos anteriores, o aumento foi de quase 150%** (Pajolla, 2023, s/p., grifo nosso).

Pensando sobre alternativas de desenvolvimento social para uma região tão remota como o Bico do Papagaio, chegamos à compreensão de que os entendimentos do

---

<sup>2</sup> As faixas de classificação do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) são “muito baixo” (0 a 0,499); “baixo” (0,500 a 0,599); “médio” (0,600 a 0,699); “alto” (0,700 a 0,799) e “muito alto” (0,800 a 1).

indiano Amartya Sen poderiam ser alternativas viáveis ao atrelar os desenvolvimentos sustentável ao humano e social.

Sen acredita que a privação material dos seres humanos em sociedade é apenas uma das privações humanas, ou seja, para ele, a perspectiva do desenvolvimento social via economia/renda é apenas um dos caminhos de análise das liberdades individuais para os desenvolvimentos pessoais e, conseqüentemente, o desenvolvimento como sociedade. Diante das concepções de Amartya Sen (2010) e tendo o desenvolvimento como liberdade como um viés de medição de privação das capacidades humanas, questionamo-nos com relação ao contexto vivido pela comunidade indígena Apinayé e os outros grupos populacionais afetados pela expansão territorial exploratória da Amazônia Legal, que, como vimos, segue pelas vias do não planejamento.

Esse desenvolvimento a ser trabalhado na Região Norte do estado do Tocantins, a nosso ver, deve conter em suas pautas aspectos como a cultura, a sociabilidade, as relações políticas, as interações educacionais e a preservação do meio ambiente. A realidade do homem amazônico é a de uma eterna privação de suas capacidades ao longo do todo o processo histórico de ocupação da região Norte do Brasil. São direitos e privações severamente vividos pelas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas etc., aumentando suas vulnerabilidades sociais. Amartya Sen nos assevera que, quando o assunto é desenvolvimento:

O processo de desenvolvimento, quando julgado pela ampliação da liberdade humana, precisa incluir a eliminação da privação dessa pessoa. Mesmo se ela não tivesse interesse imediato em exercer a liberdade de expressão ou de participação, ainda assim seria uma privação de suas liberdades se ela não pudesse ter escolha nessas questões. O desenvolvimento como liberdade não pode deixar de levar em conta essas privações. A relevância da privação de liberdades políticas ou direitos civis básicos para uma compreensão adequada do desenvolvimento não tem de ser estabelecida por meio sua contribuição indireta a outras características do desenvolvimento (como o crescimento do PNB ou a promoção da industrialização). Essas liberdades são parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento (Sen, 2010, p. 56).

Ainda, o filósofo Edilson Santana abre-nos os olhos para a necessidade de uma ética universal, também em relação ao respeito para com nosso mundo natural (florestas, mares, rios etc.) e nas relações sociais:

No mundo contemporâneo, tudo se converte em ameaça e exige uma construção ética inédita, que tem como centro as tecnologias biológicas e a energia nuclear, para as quais os regramentos da tradição acham-se

inoperantes. Neste contexto, torna-se inevitável o questionamento das éticas aplicadas, tais como a bioética. Tudo reclama um *ethos* mundial, uma ética universal, capaz de corrigir a rota que vem levando à grave crise da injustiça social (Santana, 2007, p. 94).

Em um mundo onde tantos ainda morrem por conflitos armados e por fome, por exemplo, não há como continuar a viver sem uma ética global humanizadora (que valorize o homem como um ser que também pertence à natureza e não como aquele que se vê superior a ela). Lembremos do caso dos indígenas Yanomami durante o anterior governo federal. Sobre a degradante situação humana de fome, Santiago Rico e Carlos Liria nos dizem:

A fome é incompatível com a civilização. É incompatível com a humanidade. É o naufrágio do homem. Bom e que? E se o homem é uma antiguidade? E se ainda temos História e Sociedade? Mas se o homem expirar, o que está além dele? O que é anunciado além do humano? A razão ilustrada prometeu cidadania universal: igualdade, liberdade, fraternidade. Mas é o capitalismo, e não a iluminação, que deixou o homem para trás para instalar os corpos em uma realidade pós-humana. Agora são os próprios seres humanos que correm atrás da História, com a língua para fora. E quando conseguem alcançá-lo, sua pele permanece apenas ou, pior ainda, sua imagem: ao longo do caminho deixaram seus ritos, deuses, ancestrais, laços tribais, densidades culturais, até sexo ou idade. Em vez disso, encontram a proletarização de empregos e prazeres e a ameaça de destruição planetária (Rico; Liria, 2010, p. 26, tradução nossa).

De acordo com reportagem da Agência Brasil, de 21 de janeiro de 2023, percebemos a calamitosa situação de vulnerabilidades dos Yanomami, com uma população superior a trinta mil pessoas no Brasil e muitos famintos:

A situação é considerada grave e o Ministério da Saúde já declarou “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional, em decorrência de desassistência à população Yanomami”. A pasta estima que, **nos últimos quatro anos, 570 crianças Yanomami morreram de fome ou em decorrência de contaminação por mercúrio, por conta do garimpo ilegal. E mais de cinco mil estão desnutridas ou passam fome.** De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, as terras Yanomami, em Roraima, estão entre as que possuem maior área invadida por garimpeiros (Agência Brasil, 2023, s/p., grifo nosso).

Podemos perceber que é necessário repensar nossa relação com o mundo natural e com as pessoas para evitar calamidades como a que assola muitos povos originários,

por exemplo, em decorrência da desenfreada exploração gananciosa dos recursos naturais das Amazôniaas. E, neste sentido, nós brasileiros necessitamos lutar por uma regulamentação ambientalista forte para a proteção da Amazônia Legal e de recursos para que tais regulamentações sejam efetivamente colocadas em prática. Além disto, não podemos esquecer das populações excluídas da região amazônica, como os indígenas, os ribeirinhos, os trabalhadores escravizados em fazendas e carvoarias etc., ofertando a eles possibilidades de incremento de suas capacidades de melhorar suas vidas em todos os sentidos humanos.

Na visão de Porto-Gonçalves, temos que desnaturalizar a dicotomia homem *versus* natureza, assim como o fazem os indígenas da região, pois estes compreendem o território como parte de si num sistema de cooperação e não de dominação. Porto-Gonçalves informa-nos que:

[...] a Amazônia, na medida em que é vista como Natureza, já estaria de antemão destinada a ser dominada pelo Homem, pela cultura e, já vimos, não qualquer Homem, nem qualquer cultura. Afinal, vivemos sob o paradigma que separa Natureza, de um lado, e Homem/Cultura de outro, enfim, que dá sustentação ao sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal onde um lado é Ativo – o Homem, varão-branco-burguês, europeu – e o outro Passivo, a Natureza/a Mulher/o trabalhador manual/não branco-negro-indígena. Já estamos devidamente preparados para aceitar essa disposição dos entes como se fora natural (Porto-Gonçalves, 2018, p. 27-28).

Portanto, acreditamos que não temos como avançar somente explorando a Amazônia sem buscar uma radical mudança de pensamento em relação a ela e à natureza em geral. Neste caminho, vemos que a degradação do sistema capitalista se baseia, assim, na exploração das pessoas, dos mais fracos, dos mais vulneráveis, das indefesas formas de vida natural etc. É necessário lutar contra a lógica capitalista de destruição, poluição e exploração dos recursos naturais e ensinar a nossas crianças e jovens a necessidade do respeito a todas as formas viventes: homens, árvores, rios, mares, animais etc.

## Considerações finais

Este texto buscou compreender como se deu a expansão territorial e o modelo de desenvolvimento empregado na Região do Bico do Papagaio, parte esta pertencente à Amazônia Legal, tomando como exemplo os povos Apinayé, no município de Tocantinópolis. Vimos que, historicamente, esta região vem sendo objeto de uma lógica comercial e capitalista de exploração dos recursos naturais.

Percebemos, também, a partir de uma discussão em relação à Rodovia Transamazônica, com foco no município de Tocantinópolis e nos indígenas Apinayé, que é importante a ocupação territorial sustentável ser acompanhada de um plano de desenvolvimento social para a população local, buscando incrementar as capacidades das pessoas conseguirem aumentar suas possibilidades de melhorar seus padrões de vida.

Abarcamos a perspectiva do desenvolvimento de Amartya Sen para pensar uma possibilidade de desenvolvimento a partir das liberdades individuais, mais especificamente, partindo das liberdades individuais do povo Apinayé, que, historicamente, são sempre um dos grupos sociais que mais sofrem com as relações desiguais de poder na Região do Bico do Papagaio.

Necessitamos, claramente, buscar um modelo de desenvolvimento que contemple as mais variadas frentes das ciências e compreenda, também, a vulnerabilidade das diversas comunidades afetadas pela falta de planejamento no desenvolvimento da Amazônia Legal. Levando sempre em conta a privação de liberdades provocada pela exclusão social dos grupos mais vulneráveis desta parte do Brasil.

Vale pensar, ainda, que devemos interrogar as instituições encarregadas do desenvolvimento da Amazônia. Questionar o discurso e a prática destas instituições a partir da tecnologia do poder exercida por elas. Isso pode ser bastante construtivo na compreensão de como o Estado age na mencionada região.

Os relatos de degradação da área da Amazônia Legal mostram que não bastou um plano desenvolvimentista, como aquele da ditadura militar brasileira (1964-1985), baseado na exploração de recursos naturais da região. No entanto, deveria ter havido um plano onde as pessoas tivessem sido o foco e a renovação dos recursos naturais (pelo menos o respeito para com estes recursos) fosse uma ideia importante.

Não estamos dizendo aqui que os recursos naturais da Amazônia Legal não devem ser explorados, mas isso deve acontecer dentro de uma regulamentação estrita e com compensações (não apenas monetárias) para as áreas exploradas e as populações locais.

Como proposta para um desenvolvimento sustentável das Amazônia, coadunamos nosso pensar com os estudos de Bertha Becker sobre a necessidade de buscar alternativas de oferecer à população grandes empreendimentos empresariais, mas que coexistam com pequenos projetos de produção familiar, estes últimos com volumoso aporte financeiro dos governos e apoios técnicos e logísticos.

Vemos que é possível um grande plano de reflorestamento da área das Amazônia, um aumento das reservas indígenas (já que estas áreas são as que têm sua biodiversidade mais bem preservadas), uma mudança de mentalidade em relação à natureza e suas formas de exploração consciente (isto para que as pessoas tenham suas capacidades ampliadas a partir de uma visão humanista, e onde o homem se

reconheça parte da natureza e não superior a ela) e potentes iniciativas governamentais que viabilizem projetos empresariais sustentáveis e que valorizem os pequenos produtores da região.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de cinco mil indígenas do povo Yanomami passam fome**. Publicado em 21/01/2023 por MORENO, Sayonara, repórter da Rádio Nacional. SEGUNDO, Jacson; ARCOVERDE, Beatriz (ed.). Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/mais-de-cinco-mil-indigenas-do-povo-yanomami-passam-fome>. Acesso em: 2 mai. 2024.

BARCELOS, Tiago Soares; COSTA, Gleice Kelly Gonçalves da; SILVA, Silvana de Souza. Planos e estratégias para o desenvolvimento urbano: um recorte para a Amazônia Legal. **Revista de Estudos Sociais – RES**, UFMT, v. 22, n. 44, p. 201-220, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19093/res8267>

BÓ, Francinaldo Machado; FERREIRA, Rogério Castro; OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteira capitalista e ocupação territorial: a região do Bico do Papagaio – Tocantins. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 9, n. 2, p. 205-222, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/10112>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRITO, Thamires. Tecnologia ajuda na conservação da Amazônia. **CNN**. Reportagem de 05/09/2023, São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/tecnologia-ajuda-na-conservacao-da-amazonia>. Acesso em: 2 mai. 2024.

FIOVARANTI, Carlos. A geógrafa das cidades da Amazônia. Bertha Becker lançou conceitos inovadores e construiu uma visão ampla sobre a região Norte. **Revista Pesquisa Fapesp**, v. 210, p. 56, ago. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. TRANSAMAZÔNICA crime e abandono – Estrada aberta na ditadura militar escoava madeira ilegal de áreas protegidas. **Folha de São Paulo/UOL**, 22/10/2016. Disponível em:

[www.barradocorda.com/destaques/transamazonica-crime-e-abandono-estrada-aberta-na-ditadura-militar-escoa-madeira-ilegal-de-areas-protegidas](http://www.barradocorda.com/destaques/transamazonica-crime-e-abandono-estrada-aberta-na-ditadura-militar-escoa-madeira-ilegal-de-areas-protegidas). Acesso em: 22 jul. 2020.

PADOVAN, Regina Célia. **Lugar de escola e “lugar de fronteira”**: a instrução primária em Boa Vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás/UFG, 2011, 224f.

PAJOLLA, Murilo. Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon. **Brasil de Fato**. Amazônia. Reportagem de 20 de janeiro de 2023, Lábrea (AM). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/com-bolsonaro-desmatamento-na-amazonia-cresce-150-pior-marca-ja-registrada-pelo-imazon#:~:text=O%20desmatamento%20na%20Amaz%C3%B4nia%20bateu,por%20dia%20no%20%C3%BAltimo%20ano>. Acesso em: 2 mai. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. La Paz, Bolívia: CIDES – UMSA, 2018.

RICO, Santiago Alba; LIRIA, Carlos Fernández. **El naufragio del hombre**. Hondarribia, Espanha: Editorial Hiru, 2010.

RODRIGUES, Wallace. **O processo de ensino-aprendizagem Apinayé através da confecção de seus instrumentos musicais**. Tese (Doutorado em Humanidades) – Programa de Pós-Graduação em Humanidades da Universiteit Leiden (Países Baixos), 2015, 240f.

RODRIGUES, Wallace. Saberes e fazeres musicais Apinayé: o caso do ritual do Megre Móx. **Revista Organon**. Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1-16, 2020.

TAPAJÓS, Maurício; BLANC, Aldir. Querelas do Brasil. *In*: **Transversal do Tempo**. LP de Elis Regina, 1978.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2013.2117>

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira; revisão técnica, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, Edson. **Filosofar é preciso**: as grandes indagações filosóficas e os enigmas da Humanidade. São Paulo: DPL Editora, 2007.

VEIGA, Edison. Transamazônica: 50 anos entre ufanismo e desastre ambiental. **Deutsche Welle - DW**. Política, Brasil. De 27/09/2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/transamaz%C3%B4nica-50-anos-entre-o-ufanismo-e-o-desastre-ambiental/a-63242643>. Acesso em: 2 mai. 2024.

Data de submissão: 01/09/2021

Data de aprovação: 03/06/2024

Revisão: Daniela Matthes (português), Francieli de Souza Francisco (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

---

*Walace Rodrigues*

Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins

Av. Lourdes Solino, 195 – St. Sussuapara

77650-000 Miracema do Tocantins/TO, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9082-5203>

E-mail: [walace@uft.edu.br](mailto:walace@uft.edu.br)

*Jairon Barbosa Gomes*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins

Av. Lourdes Solino, 195 – St. Sussuapara

77650-000 Miracema do Tocantins/TO, Brasil

E-mail: [jaironbg@gmail.com](mailto:jaironbg@gmail.com)

*Lucas Lopes Pinto*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins

Av. Lourdes Solino, 195 – St. Sussuapara

77650-000 Miracema do Tocantins/TO, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8819-7893>

E-mail: [lucasdopa33@gmail.com](mailto:lucasdopa33@gmail.com)